



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

Investimentos em educação e sua influência no desempenho do IDEB no período 2011-2021

Natanael Lima Costa¹; Maria de Lourdes Haywanon Santos Araujo²

1. Natanael Lima Costa, PROBIC/UEFS, MATEMÁTICA, e-mail: edifinerl@gmail.com

2. Maria de Lourdes Haywanon Santos Araujo, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: lore@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Investimento Educacional; Ideb; Feira de Santana

INTRODUÇÃO

As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Nestes termos, entende-se nessa pesquisa, educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos. (Hofling, 2001)

Nos últimos anos, é perceptível que o investimento escolar no Brasil tem sido uma questão de debate e preocupação. A relação entre níveis de educação e desenvolvimento socioeconômico de uma nação é notável (Caleiro, 2010), ressaltando a importância de direcionar corretamente recursos públicos para a educação, a fim de impulsionar o desenvolvimento do país (Silva; Souza; Araújo, 2013). Embora gestores associem indicadores educacionais fracos à falta de recursos, Silva e Almeida (2012) argumentam que, muitas vezes, o desempenho escolar precário resulta, na verdade, da ineficiência na utilização desses recursos.

Em estudos que falam sobre isso, Monteiro (2015), compara municípios que receberam recursos dos royalties do Petróleo para educação com municípios que não receberam e a conclusão é que não houve melhora na qualidade da educação.

Devido a isso, o mapeamento e monitoramento dos investimentos educacionais são primordiais para garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficaz e equitativa para melhorar o sistema educacional como um todo, levando em consideração como uma das possibilidades de monitoramento, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o qual auxilia no monitoramento do progresso e identificar áreas que precisam de mais atenção, direcionando os recursos de forma mais eficaz.

Conforme Galvão e Callado (2017), as noções de custos na esfera pública são de extrema importância para medir o desempenho da prestação de serviços pelas entidades públicas. As informações relativas a custos ajudam o governo a tomar medidas que

melhoram a distribuição dos gastos públicos, os cidadãos também podem e devem cobrar melhorias, induzindo maior transparência dos gastos públicos, e analisando os serviços que estão sendo prestados à população para saber se realmente são de qualidade e se são necessários (Borinelli et al, 2014).

Os custos educacionais podem ser considerados como todo e qualquer gasto necessário para manutenção da educação, mesmo que não seja de forma direta, como a limpeza, por exemplo, que tem um papel muito importante no cuidado e manutenção diários, sendo classificado então como um custo educacional indireto (Menezes & Silveira, 2016). Podemos analisar que avaliar a aplicação dos investimentos, deve ser considerado imperativo para a compreensão das ações necessárias para a atuação eficaz na prestação do serviço público.

Para garantir ensino público, o governo brasileiro tem a responsabilidade de destinar recursos financeiros que possibilitem a manutenção da educação em todos os níveis. Nesse contexto, observa-se que os investimentos provenientes da administração pública se referem aos valores aplicados no atendimento às demandas educacionais, financiadas com recursos de impostos e arrecadações (INEP, 2015a).

Acredita-se que um sistema ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçando tempo com repetências, evasão e, ao final de todo processo, aprendessem (Fernandes, 2007). Consoante a esse argumento, temos a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a educação é direito de todos, devendo ser garantido o ensino obrigatório e gratuito em estabelecimentos oficiais como seu padrão de qualidade (Brasil, 1988).

Se tal é a importância da educação, então, ela só pode ter como própria de sua natureza a qualidade. Tanto é assim que este direito, assim juridicamente protegido, se vê ainda cercado de um financiamento vinculado à própria Constituição de modo que, pelo art. 212, todos os entes federados são obrigados a fazer o devido investimento em educação a fim de assegurar sua qualidade (Cury, 2014)

Partindo dessa compreensão, a pesquisa teve como objetivo compreender a relação entre investimentos em educação e os indicadores que acompanham o desenvolvimento da qualidade de ensino, especificamente com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas de Ensino Fundamental - Anos Finais de Feira de Santana durante os anos de 2011 a 2023. Para isso, foi realizada uma coleta de dados sobre os investimentos recebidos pelas escolas públicas de Feira de Santana e dos resultados do Ideb durante esse período. Foi realizado também um formulário pelo Google Forms com o objetivo de que os gestores das escolas contribuíssem com a pesquisa informando sobre como a escola aproveitava o resultado do Ideb e como isso afetava a escola, tanto positivamente quanto negativamente.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho exploratório e investigativo (Cordeiro, 2023), uma vez que, visa analisar os dados e resultados obtidos pelas escolas, cruzar as informações dos questionários aplicados junto com os resultados do Ideb dos anos 2011-2021, os quais são disponibilizados por meio do INEP, e os resultados da Prova Brasil. Além disso, utilizou elementos da estatística descritiva para analisar os dados e mostrar seus resultados.

Quanto à coleta de dados, foram utilizados questionários e sistemas públicos de informação. Também, por meio do estudo de referenciais bibliográficos, referente a Avaliação Educacional em Larga Escala, Ideb, Programas de Investimento Educacional e documentais, o qual auxiliou na compreensão dos valores repassados pelos governos federal, estadual e municipal para escolas de Ensino Fundamental do município de Feira de Santana - BA.

Os dados dessas pesquisas são secundários e foram obtidos através do levantamento de informações disponibilizadas em sites de órgãos federais, estaduais e municipais. A Pesquisa de Campo foi primordial para a coleta de dados, pois foi por meio dela que foi possível a visita às escolas selecionadas e aplicação do questionário aos gestores, para que dessa forma, sejam feitos os devidos cruzamento de dados e com isso, uma observação direta e analítica.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Devido às dificuldades na obtenção das informações necessárias para a pesquisa, não foi possível ter um avanço significativo nas análises dos dados recebidos. O acesso às informações de investimentos da esfera municipal é difícil. Desta forma, possuímos apenas informações das esferas estadual e federal. Outro fator dificultador foi a não adesão das escolas em responder ao formulário criado para a pesquisa. Entretanto, das 91 escolas mapeadas, conseguimos 38 respostas de 34 escolas públicas de Feira de Santana. Algumas escolas responderam o formulário duas vezes, por gestores diferentes. Com base nessas respostas, conseguimos realizar algumas análises.

Questionado se em algum momento a escola sofreu impactos positivos devido ao resultado do SAEB, 20 das 38 respostas informaram que não houve impactos positivos, enquanto 18 informaram terem sofrido impactos. Destas 18 respostas, uma informou que houve melhorias nas estruturas e investimentos em formação de professores; e outra informou que houve suporte material e premiação. As demais respostas indicam que o impacto positivo do SAEB é perceptível ou em premiações ou motivação da equipe ou da comunidade em matricular alunos em determinada escola.

Ao questionar se em algum momento a escola sofreu impactos negativos devido ao resultado do SAEB, 28 das 38 respostas informaram não ter sofrido impactos negativos, enquanto 10 afirmaram terem sofrido. Nenhuma destas 10 respostas indicam que tiveram algum impacto na verba recebida pela escola. As respostas envolvem desmotivação e frustração por parte da escola, impacto nas matrículas pela desconfiança da comunidade, falta de premiação e sem nota no IDEB.

Quando questionado se em algum momento, a escola percebeu se a nota do IDEB impactou a verba repassada pelo governo, 14 responderam que nunca foi realizada essa análise, 11 dizem nunca ter impactado, e 13 informa que houve sim impactos. Destas 13 respostas, em 7 o impacto foi com a ampliação dos recursos, enquanto 6 foi com corte de recursos.

CONSIDERAÇÕES

Ainda se faz necessário mais investigação sobre o tema devido à baixa adesão das escolas ao formulário. Foram mapeadas 91 escolas da rede pública da Região de Feira de

Santana, porém apenas 34 responderam o formulário da pesquisa. Isso prejudica a análise, pois não alcançamos nem 50% das escolas que tínhamos interesse em analisar.

Quando perguntados se houve impactos da nota do SAEB, apenas duas respostas indicaram algum tipo de impacto em verbas recebidas. Porém, quando questionado se a nota do IDEB causou algum impacto nas verbas repassadas pelo governo, um número muito grande informou que nunca tinha realizado essa análise. Desta forma, continuar com a pesquisa e buscar formas de alcançar as outras escolas que não contribuíram se torna necessário.

REFERÊNCIAS

- BORINELLI, B., AMÂNCIO-VIEIRA, S. F., NEGREIRO, L. F., PEREIRA, R. S., & PEREIRA, R. R. (2014).
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1.
- CALEIRO, A. (2010). Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe? Departamento de Economia, Universidade de Évora, Portugal. 1º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural.
- CARDOSO, J. A. (2018). Uma Análise do Custo-Aluno em Escolas de uma Rede Municipal de Ensino.
- CORDEIRO, F. N. C. S. (2023) Estudos descritivos exploratórios qualitativos: um estudo bibliométrico.
- CURY, C. R. J. (2014) A Qualidade da Educação Brasileira como Direito. Educ. Soc., Campinas, v.35, nº.129, p.1053-1066
- FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília, DF, Inep, 2007. (Texto para discussão n.26).
- GALVÃO, D. M. A. CALLADO, A. A. C. (2017). Custo e desempenho do setor público: uma investigação em escolas do município de Taperoá - PB. In In: SIMPCONT, 2, 2017. Anais... (pp. 1–9).
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- MAGALHÃES, E. A. de, SILVEIRA, S. de F. R., MAGALHÃES, E. M. de, & WALKIM, V. R. (2006). Gestão de Custos nas Instituições Federais de Ensino Superior: Uma Análise das Metodologias de Apuração do Custo por Aluno. EnAPG, 1–16.
- MENEZES, L. R. SILVEIRA, D. V. (2016). Custo aluno na educação básica na rede privada de porto velho. Gestión Joven, 15, 44–61.
- MONTEIRO, Joana. Gasto Público em Educação e Desempenho Escolar. Revista Brasileira de Economia, v. 69 n.4 / p. 467-488 Out - Dez 2015
- PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: Política de capacitação dos profissionais da educação. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61.
- SILVA, A. A. P. FERREIRA, M. A. M. BRAGA, M. J. ABRANTES, L. A. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. Contabilidade, Gestão e Governança, 2012. 15(1), 96-114.
- SILVA, Agnaldo. GALVÃO, Reisiane. SILVA, Francisco. Relação dos Gastos Educacionais com o IDEB nos Municípios Pernambucanos. Revista Controladoria e Gestão, 2021. V. 2 n.1